

Movimento Secundarista e Licenciatura em Educomunicação: Aproximações ideológicas¹

Andressa da Cruz Caprecci²

Universidade de São Paulo, São Paulo, SP

RESUMO

O artigo relata uma investigação sobre a relação entre o Movimento Secundarista e a escolha profissional de estudantes da Licenciatura em Educomunicação da Escola de Comunicações e Artes da Universidade da São Paulo. Para isso, foram entrevistados quatro estudantes da Licenciatura que participaram do Movimento Secundarista. Assim, buscou-se compreender as motivações e a intersecção entre as eventuais afinidades ideológicas entre a Educomunicação e o Movimento Secundarista. Por fim, após entender as semelhanças, estabeleceu-se a correlação entre os elementos estudados e avaliou o peso do posicionamento político dos secundaristas em relação à opção profissional da Licenciatura e das eventuais expectativas por ela alimentadas.

PALAVRAS-CHAVE: Educomunicação; Mobilização política; Movimento Secundarista; Escola Pública; Ensino Superior.

INTRODUÇÃO

A pesquisa sobre as aproximações ideológicas entre os estudos da Educomunicação (ECA-USP) e o Movimento Secundarista ocorrido em 2015 e 2016 se deu pela vontade de explorar as motivações e crenças que estão envolvidas na participação no movimento e a possível relação disso com a escolha por cursar a Licenciatura na área. Como no sistema educacional brasileiro o ensino secundário precede o superior, é razoável supor que existam congruências, ao menos no nível das percepções, que levaram à opção pelo curso universitário, ou seja, entre ele e certa “visão de mundo” dos jovens estudantes que participaram do movimento e que ingressaram na Licenciatura. Se isso ocorre efetivamente e em que medida, é justamente o núcleo da indagação do artigo.

A participação dos jovens em movimentos sociais é fundamental para que eles, quando isso ocorre, desenvolvam sua perspectiva sobre o mundo. O ativismo juvenil permite a exploração da identidade, aspecto que, igualmente, ajuda na compreensão do

¹ Trabalho apresentado no GP Comunicação e Educação, XX Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 43º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação, e-mail: andressa.caprecci@usp.br

significado do ingresso de jovens em ações coletivas. “A pergunta ‘quem sou eu?’ é parcialmente respondida por ‘o que eu acredito’, que, no contexto das densas redes sociais de grupos de jovens, ganha relevo por meio da discussão, debate e interações intensas” (JOHNSTON, 2019, p. 4, tradução nossa) em diferentes agrupamentos, coletivos e, como se destaca aqui, nos movimentos sociais. Desse modo, há uma provável sobreposição ideacional ou ideológica entre o movimento secundarista e o curso superior pelo qual optam, ou pelo menos quanto às percepções prévias dos interessados nele.

O conceito central do estudo, portanto, é o de ideologia, entendida como uma espécie de “óculos” que os indivíduos colocam para enxergar o mundo; é através dessas lentes que a forma de pensar, os julgamentos e as práticas se legitimam.

A ideologia é assim uma visão ou uma concepção social específica do mundo social, nem falsa, nem verdadeira em si mesma, isto é, correspondente ou não aos fatos da realidade objetiva, ainda que sua gramática, sua forma de arranjar as ideias, possa conter elementos falsos ou elementos verdadeiros, constatações de fato e juízos de valor. (CODATO, 2016, p. 323)

Procurar entender o grau de sobreposição entre as ideologias estudantis (dos jovens que participaram do Movimento Secundarista) e as propriamente pedagógicas, concretizadas em currículos e práticas de ensino-aprendizagem (da licenciatura em Educomunicação), nos permite refletir sobre preocupações juvenis que, de alguma forma, voltam-se à renovação educativa. Vale destacar, nesse sentido, que a escolha por um curso de licenciatura, em tese, está ligada à futura atuação profissional no universo escolar. É possível também notar que os jovens que participaram do Movimento Secundarista, durante a fase das ocupações, desenvolveram práticas de renovação pedagógica, a partir, particularmente, da experiência de autogestão das escolas (GROPPO, 2018).

O estudo nos conduz a um tema ainda pouco explorado pela já ampla literatura sobre o Movimento Secundarista brasileiro de 2015-2016³: as consequências ou resultados alcançados, principalmente numa maior escala temporal. Os resultados das atividades dos movimentos sociais são mais nuançados e diversos do que a constatação sobre o quanto suas demandas foram bem-sucedidas ou não, ou seja, em termos de seu “sucesso” ou “fracasso”. Na verdade, há uma gama mais ampla de resultados que se “referem a uma modificação do domínio político, cultural e biográfico, que são os

³ Temos trabalhado na construção de uma bibliografia com trabalhos sobre o movimento estudantil chileno (2006 e 2011) e o brasileiro (2015-2016), e esse observação se respalda na análise preliminar dos documentos localizados. Essa bibliografia pode ser vista no link: <https://bit.ly/2GvX5OW>.

objetivos pretendidos ou não pelo próprio movimento social” (BOSI; UBA, 2009, p. 409, tradução nossa). É possível falar, assim, em resultados nos níveis micro, meso e macro da vida política e social (ALMEIDA, 2019), sendo que mudanças individuais/biográficas correspondem ao primeiro tipo, enquanto aquilo que afeta as instituições sociais, geralmente a partir de mudanças significativas ou estruturais na esfera política (por exemplo, a criação de uma lei que atenda a demanda de um movimento social) se relaciona com o nível macro. Evidentemente, esses âmbitos estão inter-relacionados: mudanças nas ideologias individuais podem levar a ações coletivas que produzam transformações sociais mais amplas; assim como as transformações conquistadas por algum movimento social podem mudar o modo de pensar dos indivíduos.

De qualquer modo, pelo caráter qualitativo do estudo (conforme detalhado a seguir) o interesse é sondar a mudança/resultado no âmbito microssocial, em relação a construção de formas de pensamento que podem, ou não, ter influenciado determinados indivíduos na escolha de seus estudos superiores e possível carreira profissional. No caso, em relação ao curso de Licenciatura em Educomunicação, o que tem interesse do ponto de vista da discussão pedagógica, por talvez indicar eventuais projetos alternativos de formação pretendidos por esses jovens.

METODOLOGIA

Dentro dos estudos dos movimentos sociais, Johnston (2014) indica três dimensões analíticas usuais. A esfera estrutural foca no aspecto organizacional do movimento. A performativa se debruça em compreender os componentes roteirizados e aspectos táticos dos movimentos. E o ideológico-interpretativo, se localiza o interesse coletivo, a identidade coletiva e os aspectos ideológicos (JOHNSTON, 2014, p. 6).

Uma vez que o estudo tem como foco compreender tais concepções do Movimento Secundarista e da Licenciatura em Educomunicação, buscando perceber as aproximações e influências da vivência do movimento social para a escolha profissional, nos dois tópicos seguintes são apresentadas discussões sobre as esferas ideológicas de ambos. Isso é feito, principalmente, a partir de pesquisa bibliográfica que procura também contextualizar a mobilização dos secundaristas dentro do quadro mais geral de movimentos estudantis brasileiros das últimas décadas. No caso da Licenciatura em Educomunicação, foi realizada, adicionalmente, uma entrevista com um dos docentes do curso, o professor Marciel Consani.

Por outro lado, para efetivamente sondar, de maneira qualitativa, percepções de estudantes da Licenciatura que participaram do Movimento Secundarista, foram localizados e entrevistados quatro aluno (a)s com essa característica. As entrevistas foram realizadas por meio de videoconferência, no mês de agosto de 2020, e, por questões éticas, opta-se por manter o anonimato do(a)s participantes. A tabela, a seguir, reúne as características pertinentes ao estudo dessas pessoas.

Entrevistada/o	Ano de ingresso na licenciatura	Escola ocupada	Ano da ocupação	Estado
L.A	2016	ETEC Parque da Juventude	2015	SP
G.G	2017	ETEC de Artes	2016	SP
M.C.	2020	IFES Cariacica	2016	ES
T.M	2020	EE Manuel Ciridião Buarque	2015	SP

A conversa buscou identificar aspectos práticos do movimento, a participação do(a)s estudantes e a percepção sobre a influência da experiência na escolha profissional, de acordo com as preocupações de pesquisa expostas.

O tópico analítico dessas entrevistas antecede as considerações finais, em que se procura produzir uma síntese analítica e uma recapitulação dos achados mais relevantes do estudo.

MOVIMENTO SECUNDARISTA: DIMENSÕES IDEOLÓGICAS

Para compreender os questionamentos contra-hegemônicos do Movimento Secundarista é preciso compreender o terreno hegemônico em que a educação brasileira está arraigada. Ximenes (2019) propõe a divisão de períodos da educação nacional, com base nas correntes pedagógicas, que Saviani (2010) delimita.

O quarto período, iniciado em 1969 e que ainda vigora, tem como base duas ideias conflitantes – uma pedagogia voltada ao produtivismo versus uma proposta contra-hegemônica. A primeira fase deste período é marcada pela movimentação do setor universitário que reivindicava no ano de 1968 mais autonomia na gestão pedagógica e administrativa das instituições (XIMENES, 2019, p. 58).

Com o final da ditadura militar, a segunda metade dos anos 1980 é marcada por movimentos que pediam a “redefinição do sentido da educação e da escola” (XIMENES, 2019, p. 59). Esse momento é considerado pelo autor a segunda fase, que se destacou por conquistas institucionais (XIMENES, 2019, p. 59).

A terceira fase, aconteceu na década seguinte, teve como elemento central o avanço do neoliberalismo. A ideia principal que rondava a educação era o fracasso da escola pública, isso estimulou a atuação da iniciativa privada no setor educativo.

As ideias neotecnicistas começam a emergir, e se caracterizam pela responsabilização dos indivíduos pelo fracasso e por seus esforços. Para o autor, a ideia veiculada é de que mesmo que o Estado não promova as condições básicas sociais, cabe ao indivíduo superar adversidades, por meio de seu esforço próprio.

Por fim, a quarta fase iniciada em 2001 tem como marca a criação de provas nacionais, que visam aferir de maneira padronizada os resultados educacionais (XIMENES, 2019, p. 63).

A partir de 2003, no primeiro mandato petista, nota-se uma ambiguidade de políticas. De um lado, incentivos marcados por ideias contra-hegemônicas e de outro o acentuamento do neotecnicismo. Ximenes (2019, p. 64) destaca o Plano Nacional de Educação que trazia uma série de metas e ações, notando que os planos, as provas e as metas criaram uma cultura de responsabilização dos sujeitos frente ao fracasso ou sucesso escolar.

Nesse cenário, Gohn (2019) defende que houve uma mudança na organização de movimentos da sociedade civil, um exemplo é o “Compromisso Todos pela Educação”- patrocinado por empresários da área educacional que pressionam o governo para melhorar a qualidade da educação pública.

A partir de 2010 as demandas no campo educacional estavam voltadas a reivindicar educação de qualidade “observam-se redes temáticas lutando por mudanças sociais no combate às desigualdades sociais e clamando por políticas públicas (...) (Gohn, 2019, p. 48)”

Foi com o contexto de políticas neoliberais somadas às lutas pela qualidade educacional, que as ocupações de 2015 e 2016 se consolidaram. O boicote ao SARESP foi uma ação que expressou o caráter ideológico do movimento, uma recusa aos parâmetros meritocráticos construídos.

Segundo Medeiros, Januário e Melo (2019) o Movimento Secundarista foi motivado pela oposição às reformas educacionais de caráter liberal, à reforma da política educacional e ao descaso e precariedade do setor.

Os autores avaliam que o movimento teve três ciclos: a revolta inicial dos estudantes, a tática de protestos de indignação e a formação de uma resistência nacional (MEDEIROS; JANUÁRIO; MELO, 2019, p. 21).

O início se deu em setembro de 2015 quando a Secretaria de Educação do estado de São Paulo anunciou a reorganização escolar. O projeto fecharia 94 escolas e remanejaria 300 mil alunos. Insatisfeitos com a medida e com a decisão autoritária, estudantes tomaram as ruas, em seis semanas aconteceram cerca de 200 atos na capital e interior do estado de São Paulo.

Apesar do grande número de mobilizações os atos não ganharam espaço na mídia, o governo de Geraldo Alckmin continuou a ignorar as reivindicações e as mobilizações foram perdendo quórum (CAMPOS, 2019, p. 80).

Em novembro, devido à falta de respostas às manifestações de rua, iniciou-se uma organização que possibilitou uma virada tática do movimento.

O coletivo O Mal Educado traduzira a cartilha “Como ocupar um colégio⁴”, inspirada no movimento chileno conhecido como Revolução dos pinguins⁵, que passou a ter ampla circulação. Esse material apresenta a tática de ocupação das escolas como uma ferramenta de pressão ao governo. A circulação da cartilha nos grupos de WhatsApp e a articulação dos alunos com diferentes frentes de organização resultou na ocupação das primeiras escolas, E. E Diadema e E.E. Fernão Dias, no ABC e na capital paulista, respectivamente. Na primeira semana, outras 89 escolas também foram ocupadas (CAMPOS, 2019, p. 82).

As ocupações propiciaram um aprendizado político, pois contou com auto organização, vivências em assembleias, oficinas formativas, ou seja, aspectos que demonstram a horizontalidade e autonomia da ação coletiva (MEDEIROS; JANUÁRIO; MELO, 2019, p. 21).

Os atos de rua, as palavras de ordem e, principalmente, a vivência de autogestão escolar pelos estudantes, o sopro de gestão democrática durante as ocupações, o uso dos espaços escolares antes proibidos, a substituição das escalas meritocráticas pelo aprendizado colaborativo e solidários, a livre expressão

⁴ Disponível em: <https://bit.ly/3jIJ1QE>. Acesso em: 6 out. 2020.

⁵ A Revolução dos Pinguins foi uma organização de estudantes chilenos que aconteceu no ano de 2006. O grupo lutou contra uma série de medidas políticas de cunho neoliberal que tomavam conta do setor educacional do país.

identitária e política vividas pelos estudantes, tudo isso com intensidade que não se apaga, têm o potencial de renovar as ideias contra-hegemônicas da educação brasileira e proporcionar novas articulações político-pedagógicas. (XIMENES, 2019, p. 71)

Para além do questionamento das ideologias que permeiam o âmbito educacional, o movimento promoveu uma experiencição que questionou os papéis de gênero. As meninas tomaram a frente do movimento, discursaram, participaram de protestos de rua, assumindo protagonismo em muitas ações (CASTILHO; ROMANCINI, 2017).

Havia, também, um sentimento de luta comum dos secundaristas. Segundo Johnston (2014) um dos aspectos relevantes dos movimentos sociais é a identidade coletiva, que se soma à própria construção identitária individual dos participantes, gerando um sentido de pertencimento. Esse aspecto é responsável por justificar os mártires das organizações, bem como integrantes que arriscam suas vidas e liberdades em prol da causa (JOHNSTON, 2014, p. 20).

Após um mês do movimento, com cerca de 200 ocupações, foi utilizada outra tática, a de ocupação de avenidas visando ganhar repercussão da mídia. O conflito com a Polícia Militar permeou o movimento, com essa nova tática esses conflitos foram expostos e tomaram capas de jornais (CAMPOS, 2019, p. 93).

As táticas de organização influenciaram a opinião da sociedade paulistana que, em sua maioria apoiava os estudantes, além do apoio da Defensoria Pública e do Ministério Público. Com isso, no dia 4 de dezembro o governo adiou a reorganização para o ano seguinte (CAMPOS, 2019, p. 94).

No início de 2016, apesar da desocupação das escolas, forma-se uma rede de secundaristas engajados que se comunicam pelas redes sociais. Por outro lado, o governo do estado fez a reorganização de maneira gradual e silenciosa, se escondendo em meio a processos corriqueiros administrativos. Ao mesmo tempo tentava manter a imagem de que estava aberto ao diálogo (CAMPOS, 2019, p. 97).

No entanto, a operação Alba Branca, conduzida pelo Ministério Público (MP) e Polícia Civil, que investigava fraudes na aquisição de alimentos utilizados na merenda do estado, somada à queda de qualidade da merenda, incitou um novo ato dos estudantes na ALESP, mais uma vez coibido pelos policiais militares (CAMPOS, 2019, p. 98).

Em abril de 2016 estudantes se mobilizaram para novas ocupações. Agora haviam duas frentes. Uma parte de estudantes, com caráter autonomista, como no ano anterior,

ocupando as ETEC's e reivindicando a construção de refeitórios; e outra organização ocupou a ALESP e tinha a pauta da CPI das merendas (CAMPOS, 2019, p. 98).

A insurgência dos secundaristas, iniciada em 2015, encorajou estudantes em outros estados brasileiros, utilizando a tática de ocupação para reivindicar pautas específicas. Em um ano cerca de 2000 escolas foram ocupadas - SP: 200; Goiás: 30; Mato Grosso: 30; Espírito Santo: 60; Ceará: 70; Rio de Janeiro: 80; Minas Gerais: 150; Rio Grande do Sul: 150; Paraná: 850 (MEDEIROS; JANUÁRIO; MELO, 2019, p. 21).

No Espírito Santo, estado em que um dos entrevistados do estudo vivenciou o Movimento Secundarista, o estopim das ocupações foi o combate ao Projeto de Emenda Constitucional 241⁶. A ocupação contou com secundaristas, universitários da Universidade Federal do Espírito Santo e estudantes do Instituto Federal (LOSEKANN, 2019, p. 244). Losekann (2019, p. 245) afirma que “as características locais são semelhantes às de outras regiões do país”. No entanto, o que se destaca nesse movimento foram as reações positivas e negativas de instituições estatais, e a utilização de ações legais para esse apoio ou enfrentamento (LOSEKANN, 2019, p. 245).

LICENCIATURA EM EDUCOMUNICAÇÃO: DIMENSÕES IDEOLÓGICAS

As discussões deste tópico resultam da fusão entre acontecimentos históricos e a percepção do professor da Licenciatura em Educomunicação já referido, que vivencia e reflete sobre a Educomunicação no âmbito universitário.

Nos anos 1980, os estudos sobre as aproximações entre educação e comunicação emergiram, com mais força, na América Latina. O contexto político ditatorial de silenciamento e opressão à movimentos operários e fóruns sociais foi um terreno fértil para práticas educacionais. Pela dificuldade de consolidação de movimentos de resistência, no contexto brasileiro, a igreja católica foi uma aliada e abrigou experiências de Comunicação e Educação (CONSANI, 2020).

Na Argentina Mário Kaplún iniciou um movimento itinerante e visitou vários países discutindo sobre suas ideias e práticas de comunicação popular. No Brasil, Paulo Freire, crítico do sistema ditatorial, também teve discussões acerca da comunicação. O

⁶ A PEC 241, conhecida como PEC do Teto de Gastos, propôs o congelamento dos gastos públicos por 20 anos. Isso afeta diretamente o repasse ao setor educacional. A emenda foi aprovada e vigora desde o ano de 2017.

alinhamento de ambos se dava no sentido de entender os meios de comunicação como aliados das ditaduras. É nesse momento que começam as primeiras práticas de educomunicação, no âmbito da educação não formal como uma ideologia de resistência ao totalitarismo e a supremacia da comunicação. A ideia nesse momento era assumir as práticas de comunicação. Marciel Consani (2020) julga como a primeira era da Educomunicação ou de práticas de Comunicação e Educação.

Nos anos de 1980 e 90 as práticas na educação não formal vão chamando atenção da academia. Na Universidade de São Paulo, pioneiros, como os professores Ismar de Oliveira Soares, Maria Aparecida Baccega e Adilson Citelli, impulsionam reflexões e estudos sobre as práticas, buscando ainda mapear o campo emergente, em relação a esta tarefa, principalmente o primeiro deles.

A educomunicação tem suas bases no questionamento da estrutura da comunicação que parte do princípio de que o receptor é uma tábula rasa. Para Soares (2000), a escola contemporânea deveria se ater à sensibilidade humana mais do que ao saber técnico. Dessa maneira, a educomunicação buscaria estimular o e transformar o sujeito em um receptor crítico frente aos valores perpetuados pelas instituições escolares e midiáticas.

Martín-Barbero (2011) sugere ressignificação das práticas educativas, voltada à construção do pensamento emancipatório e não somente à reprodução do discurso.

Observa-se, assim, uma preocupação em fomentar o olhar crítico sobre as mensagens que transitam no ambiente social, o que elas significam e o que carregam ideologicamente.

Identificar as estruturas de poder que regem os discursos da imprensa impõe considerar as forças que impulsionam e levam-na a expressar ideologias que a cada edição reafirmam os valores próprios do grupo que a sustenta. (MOTTER, 2009, p. 34)

É com a maturação dessas ideias, que após 20 anos, em 2001, inicia-se uma segunda era do campo, de acordo com o professor Consani (2020), marcada por certa consolidação e institucionalização da educomunicação no país - não havia neste momento um viés ideológico partidário, as parcerias foram feitas entre os mais diversos governos - exemplificadas pela realização de projetos educacionais (Educom.rádio, Educom.TV, entre outros), bem como pela criação, na capital paulista, da Lei municipal 13.941/2004, mais conhecida como Lei Educom.

Concomitantemente a estes acontecimentos, pesquisadores e professores iniciam um embate político e ideológico para a abertura da Licenciatura em Educomunicação. Em 2011, depois de anos de luta, a Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo tem a primeira turma. Nesse mesmo ano, o curso de Bacharelado em Educomunicação é iniciado na Universidade Federal de Campina Grande (LEONEL, 2018).

Segundo Consani (2020), nos primeiros anos na graduação, os ingressantes, majoritariamente, já possuíam uma graduação, além disso, a evasão e o fluxo estudantil (ou seja, a medida de anos para a conclusão do curso) eram mais elevados do que atualmente. Segundo dados da secretaria do departamento de Comunicações e Artes, o número médio de evasão é de 27%, com queda nos últimos três anos.

Com o passar dos anos, com a conquista das vagas para cotas, o ingresso pelo ENEM e a consolidação da graduação, inicia-se, segundo o professor, a terceira era, marcada por mais alunos que conhecem a licenciatura e ingressam por uma “convicção política”, de modo que para o professor, segundo o que ele afirma ser uma percepção empírica, o perfil do alunado mais recente é o de um “ativista digital”, com um olhar para comunicação com uma possibilidade de articulação social. O momento presente, para Consani (2020), caracteriza-se pela educação informal, no contexto da mídia digital.

Resumindo, Consani defende três marcos ideológicos no campo da Comunicação e Educação. A primeira era foi marcada pela educação não formal, com atividades em ONGs e instituições eclesiais, cuja principal ideia era lutar contra o pensamento hegemônico dos meios de comunicação. No segundo momento, foi a consolidação de alianças políticas para desenvolver práticas no âmbito formal, marcado por adaptações e negociações. E, por fim, encontra-se a terceira etapa, que está sendo construída por jovens inseridos na era das mídias digitais, com uma consciência política e com práticas informais de educação.

ANÁLISE DAS ENTREVISTAS

As entrevistas com participantes do Movimento Secundarista e, hoje, estudantes da Licenciatura em Educomunicação auxiliou na construção de narrativas em que se localizou tendências ideológicas, do movimento, e pedagógicas, da Licenciatura.

O primeiro ponto a ser explorado diz respeito ao que motivou a escolha pela Licenciatura em Educomunicação. Dois entrevistados já trabalhavam com comunicação e tinham feito cursos na área. Os outros dois manifestaram interesse tanto pela área da comunicação como pela educação, uma delas pensando, inclusive, em cursar Pedagogia. No entanto, um dos motivos citados por todos os entrevistados foi a facilidade do ingresso no curso frente às outras opções que tinham. A Licenciatura em Educomunicação teve a nota de corte 716.01 na cota de escola pública pelo SISU no ano de 2019⁷. Outro dado a ser iluminado é a relação candidato/vaga, segundo informações do site da Fuvest no ano de 2020, para alunos de escola pública, é de 3,75⁸. A escolha política do departamento por reservar vagas raciais e econômicas produz um resultado importante: todos os entrevistados foram estudantes de escolas públicas.

Nesse momento, é possível afirmar que a escolha profissional se dá por inúmeros motivos. A possibilidade real de ingresso, as afinidades com a área, as vivências profissionais anteriores e a tendência ideológica (relacionada à participação no Movimento Secundarista). Esse último ponto não é determinante na escolha, mas está presente no conjunto.

Avançando para as vivências em movimentos sociais, dois dos quatro entrevistados não haviam tido experiências desse tipo antes do Movimento Secundarista.

A participante L.A. descreve sua relação com as lutas sociais, que vai desde a fundação de um coletivo feminista em sua escola até a participação em partidos políticos com núcleos para a juventude. Segundo a estudante a influência contou com professores do Ensino Médio:

Uma professora de Educação Física e um professor de Geografia foram bem marcantes, no sentido de mostrar pra gente os Movimentos Sociais. (...) E com a professora, ela foi muito marcante na introdução do movimento feminista dentro da minha vida e das minhas colegas, somos amigas até hoje. Ainda muito com uma ausência de um recorte racial.

Outro entrevistado que relatou seu envolvimento em ações populares é M.C., descrevendo sua participação em movimento em prol da educação.

Em relação à participação no Movimento Secundarista todos os entrevistados e entrevistadas participaram de assembleias e manifestações. L.A. tem uma vivência em

⁷ Ver: <https://bit.ly/36GKoeW>. Acesso em: 6 out. 2020.

⁸ Ver: <https://bit.ly/3d5dPbC>. Acesso em: 6 out. 2020.

reuniões com o coletivo O Mal Educado; G.G. teve o papel de documentar, por meio de vídeos e fotos, os espaços da escola e T.M participou do processo de organização para que a ocupação fosse possível.

G.G. relata o processo inicial da ocupação. Destaca-se a estratégia performática da organização:

Eles fizeram uma encenação que um aluno estava passando mal, chamaram o segurança, a guarita ficou vazia, eles pegaram todas as chaves do prédio. A partir desse momento eles pararam a escola, falaram que estavam com o controle. “A gente quer fazer uma assembleia com todos estudantes para ver se todos concordam em aderir ao movimento e se concordam com a ocupação da unidade”.

Quando a experiência no movimento é abordada, nota-se que existe um caráter de consciência desenvolvida nesse contexto em relação à luta por direitos. Três entrevistados disseram que tinha consciência dos motivos da luta. Uma entrevistada disse que essa consciência foi construída pela ocupação e pelas vivências. Destaca-se aqui a crítica feita por L.A. sobre a ocupação da ETEC que ocorreu em 2015. Para ela a ocupação dos secundaristas na ETEC Parque da Juventude não precisava acontecer neste ano:

A gente sabia sobre a questão da permanência e do acesso à educação pública de qualidade. E dentro disso a gente fazia uma leitura muito forte, de um processo de gentrificação dentro dos territórios onde essas escolas iriam ser fechadas. Mas também por um projeto de precarização, tanto da estrutura física da escola.

No entanto, a ETEC não seria afetada diretamente pela reorganização. Na opinião de L.A. era necessário um apoio ao movimento e outras escolas que de fato seriam fechadas. Ela lamenta que devido à repressão sofrida em 2015, a ETEC Parque da Juventude não teve força política para participar do movimento das ETEC's em 2016.

Neste momento, vale destacar o caráter reflexivo da entrevista. O entrevistado G.G., quando perguntado sobre a influência da vivência no movimento sobre a escolha profissional, inicia sua resposta com a seguinte afirmação:

Se eu falar que foi por causa da ocupação seria muito forçar a barra, na época eu prestei mas não sabia de fato o que eu estudaria lá.

Posteriormente, após alguns minutos descrevendo a vivência, o entrevistado afirma:

A princípio não tinha uma relação, mas olhando agora eu percebo que tinha uma super relação.

A conversa sobre a experiência na licenciatura foi mais tímida com T.M. e M.C., que iniciaram a graduação neste ano de 2020. G.G. e L.A. tecem comentários sobre suas experiências e nota-se a reflexão e olhar crítico sobre esse espaço educativo que vivenciam. G.G. conta sobre sua angústia em relação ao mercado de trabalho, para ele é difícil compreender como educadores acessam o ensino público formal, em qual área de fato acontece essa atuação. L.A. revela que seu ingresso no curso veio no sentido de encontrar mais práticas pedagógicas diferenciadas, ensinamentos técnicos e uma diálogo maior. Ela diz que uma das questões mais delicadas é a carência de aprendizados técnicos que são cobrados no curso e muitas vezes não são aprendidos. E em relação a questão dialógicas, ela destaca a dificuldade das conversas interdepartamentais dentro da Escola de Comunicações e Artes.

A partir desse panorama que mostra os motivos do ingresso e a participação no movimento secundarista se avança para a indagação central da pesquisa – há convergências ideológicas entre o Movimento Secundarista e a escolha formativa pela Licenciatura em Educomunicação, indicado possível opção profissional na área da educação?

O processo da ocupação estava ligado a gente repensar aquele espaço educativo, pensar aquele espaço de outras formas - G.G.

Ajudou por saber que umas das pautas de educom também é a defesa do ensino público - M.C.

Eu vejo que tem que ocorrer uma mudança na educação. Eu acho que educom é muito isso - T.M

Eu acho que a vivência com [o coletivo] O Mal Educado foi importante para pensar a possibilidade na área da comunicação, mas acho que foi algo que eu sempre tive interesse maior. Sempre foi algo que esteve presente na minha vida. Mas eu acho que de certa forma teve influência na escolha do curso. - L.A.

Com as entrevistas e a revisão teórica, nota-se que os estudantes do movimento que ingressaram na Licenciatura têm uma visão de transformação da educação pública. Tal pensamento contra-hegemônico, construído também na vivência do movimento, de alguma forma, mesmo que de forma não explícita e consciente, influenciou a escolha pela educomunicação. Os licenciandos e licenciandas falaram sobre o reconhecimento da licenciatura como um espaço contra-hegemônico. Esse aspecto de revisão do *modus operandis* do espaço escolar se encontra, também, no Movimento Secundarista.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo sobre as aproximações ideológicas entre o movimento secundarista e a licenciatura em Educomunicação da USP buscou entender se a vivência no movimento influenciou na escolha da profissão. Com uma revisão teórica voltada a identificar tais aspectos e as entrevistas com quatro licenciandos e um professor da licenciatura em Educomunicação, foi possível construir uma teia que iluminou certos pontos de aproximação.

O campo educacional, que deu origem à Licenciatura, tem como base o questionamento às estruturas hegemônicas do campo da educação. O Movimento Secundarista também questionou as estruturas educacionais e sociais. Dessa forma, afirma-se que existem aproximações ideológicas tanto no campo quanto na organização e que puderam influenciar a escolha profissional dos estudantes.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Paul. **Movimientos sociales**: la estructura de la acción colectiva. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2020.

BOSI, Lorenzo; UBA, Katrin. Introduction: The outcomes of social movements. **Mobilization**, v. 14, n. 4, p. 409-415, 2009.

CAMPOS, Antonia. Escolas de luta, ladrões de merenda: dois momentos das ocupações secundaristas em São Paulo. In: MEDEIROS, Jonas; JANUÁRIO, Adriano; MELO, Rúrion (Orgs.). **Ocupar e Resistir**: Movimentos de ocupação de escolas pelo Brasil (2015-2016). São Paulo: Editora 34, 2019. p. 79-102.

CASTILHO, Fernanda; ROMANCINI, Richard. Minas de Luta: Cultura do quarto virtual nas ocupações das escolas públicas em São Paulo. In: ENCONTRO ANUAL DA COMPOS, 26. 2017, São Paulo, **Anais**. São Paulo: Faculdade Cásper Líbero, 2017.

CODATO, Adriano. O conceito de ideologia no marxismo clássico: uma revisão e um modelo de aplicação. **Política & Sociedade**, Florianópolis, v. 15, n. 32, p. 311-331, abr. 2016. Disponível em: <https://bit.ly/36AGwfb>. Acesso em: 27 set. 2020.

CONSANI, Marciel. Entrevista concedida à Andressa Caprecci. 2020

GOHN, Maria da Glória. Movimentos sociais e educação no Brasil. In: MEDEIROS, Jonas; JANUÁRIO, Adriano; MELO, Rúrion (Orgs.). **Ocupar e Resistir**: Movimentos de ocupação de escolas pelo Brasil (2015-2016). São Paulo: Editora 34, 2019. p. 37-52.

GROPPO, Luís Antonio. O novo ciclo de ações coletivas juvenis no Brasil. In: COSTA, Adriana Alves Fernandes; GROppo, Luís Antonio. (Eds.). **O movimento de ocupações estudantis no Brasil**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2018. p. 85-117.

JOHNSTON, Hank. **What is a social movement?** Cambridge, Reino Unido: Polity Press, 2014.

JOHNSTON, Hank. The elephant in the room: youth, cognition, and student groups in mass social movements. **Societies**, Basel, v. 9, n. 3, p. 1-19, 2019.

LEONEL, Adriano. Vinte anos da pesquisa perfil: quem é o educador nos dias de hoje. São Paulo. 2018.

LOSEKANN, C. Ocupações de escolas no Espírito Santo e interações com o sistema de justiça: a importância dos jogos de subjetivação na dinamização do protesto. In: MEDEIROS, Jonas; JANUÁRIO, Adriano; MELO, Rúrion. (Orgs.). **Ocupar e Resistir: Movimentos de ocupação de escolas pelo Brasil (2015-2016)**. São Paulo: Editora 34, 2019. p. 244-268

MARTÍN-BARBERO, J. Desafios culturais: da comunicação à educomunicação. In: CITELLI, Adilson; COSTA, Maria Cristina Castilho (Orgs.). **Educomunicação: construindo uma nova área de conhecimento**. São Paulo: Paulinas, 2011. p. 121-134.

MEDEIROS, Jonas; JANUÁRIO, Adriano; MELO, Rúrion. Introdução. In: MEDEIROS, Jonas; JANUÁRIO, Adriano; MELO, Rúrion (Orgs.). **Ocupar e Resistir: Movimentos de ocupação de escolas pelo Brasil (2015-2016)**. São Paulo: Editora 34, 2019. p. 19-34.

MOTTER, Maria de Lourdes. Campo da comunicação: cotidiano e linguagem. In: BACCEGA, Maria Aparecida; COSTA, Maria Cristina Castilho (Orgs.). **Gestão da comunicação: epistemologia e pesquisa teórica**. São Paulo: Paulinas, 2009. p. 29-47.

SÃO PAULO. Lei Municipal Nº 13.941, de 28 de dezembro de 2004. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/sp/s/sao-paulo/lei-ordinaria/2004/1395/13941/lei-ordinaria-n-13941-2004-institui-o-programa-educom-educomunicacao-pelas-ondas-do-radio-no-municipio-de-sao-paulo-e-da-outras-providencias-2008-02-27-versao-compilada>. Acesso em 10 de outubro de 2020.

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. 3ª ed. revista. Campinas: Autores Associados.

SOARES, Ismar de Oliveira. Educomunicação: um campo de mediações. **Comunicação & Educação**, n. 19, p. 12-24, 30 dez. 2000.

XIMENES, Salomão Barros. Contra quem os estudantes lutam? As ocupações secundaristas no epicentro das disputas sobre escola pública. In: MEDEIROS, Jonas; JANUÁRIO, Adriano; MELO, Rúrion (Orgs.). **Ocupar e Resistir: Movimentos de ocupação de escolas pelo Brasil (2015-2016)**. São Paulo: Editora 34, 2019. p. 53-74.